



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Grupo de Câmaras de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

334

Embargos de declaração nos embargos à execução nº 307491-5

Embargante: Estado de Pernambuco.

Embargados: Alcides Izaac de Lima e outros.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS À EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. FORMA DE CÁLCULO DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA NO PAGAMENTO DE VERBAS REMUNERATÓRIAS. INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. IMPROVIMENTO. 1. Consoante registrado, o acórdão embargado é bastante claro ao assentar que o caso concreto versa pagamento de diferenças de verbas remuneratórias a servidores públicos estaduais, e não relativamente a créditos trabalhistas, especificando, ponto a ponto, a forma adequada de cálculo a ser aplicada na espécie, seja em relação aos juros de mora, seja em relação à correção monetária, quais sejam: "juros de mora no percentual de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 3º do Decreto-lei 2.332/87, no período anterior a 27/08/2001, data da publicação da Medida Provisória 2.180-35, que acrescentou o art. 1º-F à Lei 9.497/97; percentual de 0,5% ao mês, a partir da Medida Provisória 2.180-35/2001, até o advento da Lei 11.960, de 29/06/2009 (DOU de 30/06/2009), que deu nova redação ao art. 1º-F da Lei 9.494/97; juros moratórios calculados com base no índice oficial de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos do disposto no art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/2009, incidindo a correção monetária, em face da declaração de inconstitucionalidade parcial do art. 5º da Lei 11.960/2009, que deu nova redação ao art. 1º-F da Lei 9.494/97, calculada com base no IPCA, a partir da publicação da referida Lei (30/06/2009)", conforme decidido no AgRg no REsp 1086740/RJ, STJ, T6, rel. Min. Assusete Magalhães, publicado no DJe de 10/02/2014. 2. Embargos de declaração improvidos à unanimidade de votos, não se considerando vulneradas as regras de regência explicitadas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de embargos de declaração nos embargos à execução nº 307491-5, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes do Grupo Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, dos votos e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P. R. I.

Recife, 18 de junho de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto – Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

335_r

Embargos de declaração nos embargos à execução nº 307491-5

Embargante: Estado de Pernambuco.

Embargados: Alcides Izaac de Lima e outros.

RELATÓRIO

Cuidam-se de embargos de declaração diante de acórdão que julgou parcialmente procedente os embargos à execução de origem, assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. FORMA DE CÁLCULO DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA NO PAGAMENTO DE VERBAS REMUNERATÓRIAS. ADEQUAÇÃO. EXCESSO PARCIAL RECONHECIDO NESTE PARTICULAR E TOTAL EM RELAÇÃO A DOIS DOS EXEQUENTES. EMBARGOS À EXECUÇÃO JULGADOS PARCIALMENTE PROCEDENTES. 1. A atual jurisprudência do STJ pacificou no sentido de que tratando-se "de condenação imposta à Fazenda Pública, para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores públicos, os juros de mora incidirão da seguinte forma: percentual de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 3º do Decreto-lei 2.332/87, no período anterior a 27/08/2001, data da publicação da Medida Provisória 2.180-35, que acresceu o art. 1º-F à Lei 9.497/97; percentual de 0,5% ao mês, a partir da Medida Provisória 2.180-35/2001, até o advento da Lei 11.960, de 29/06/2009 (DOU de 30/06/2009), que deu nova redação ao art. 1º-F da Lei 9.494/97; juros moratórios calculados com base no índice oficial de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos do disposto no art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/2009, incidindo a correção monetária, em face da declaração de inconstitucionalidade parcial do art. 5º da Lei 11.960/2009, que deu nova redação ao art. 1º-F da Lei 9.494/97, calculada com base no IPCA, a partir da publicação da referida Lei (30/06/2009)" (no AgRg no REsp 1086740/RJ, T6, rel. Min. Assusete Magalhães, DJe de 10/02/2014). 2. O colegiado reconheceu o excesso executivo neste particular, porém seu montante e o que efetivamente devido deverá ser quantificado mediante novo e oportuno cálculo para pagamento futuro. 3. Quanto aos exequentes Manoel Nunes de Oliveira Filho e Sebastião Bezerra de Araújo, verificou-se das fichas financeiras de pagamentos de fls. 158/163 e de 170/175, em cotejo com as planilhas por ele apresentadas como verbas recebidas, valores realmente menores, acarretando de fato uma diferença negativa em relação a cada um deles, de modo que não fazem jus às suas respectivas quantias executadas. 4. Embargos à execução julgados parcialmente procedentes, para expurgar o excesso executivo questionado na forma declarada, com a condenação dos embargados em honorários advocatícios à razão de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado desse excesso. 5. Decisão unânime.

Segundo os embargantes, esta decisão estaria a merecer esclarecimento com efeitos modificativos, pois teria incorrido em erro material no tocante à forma de cômputo dos juros e da correção monetária, buscando prequestionamento para interposição de eventual recurso especial.

Autos conclusos.

É o relatório.

~

VOTO

336

Entendo sem cabimento as arguições aclaradoras dos embargantes, pois o acórdão embargado é bastante claro ao assentar que o caso concreto versa pagamento de diferenças de verbas remuneratórias a servidores públicos estaduais, e não relativamente a créditos trabalhistas, especificando, ponto a ponto, a forma adequada de cálculo a ser aplicada na espécie, seja em relação aos juros de mora, seja em relação à correção monetária.

Assim sendo, conheço e nego provimento aos presentes aclaratórios, não considerando vulneradas quaisquer das normas de regência explicitadas.

É como voto.

Recife, 18 de junho de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator